

# A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA/MG: O CASO DA BUNGE

Patrícia Santos<sup>1</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como a estrangeirização de terras vem ocorrendo na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no qual diversas empresas de capital estrangeiro se apropriam de terras por meio de compra e/ou arrendamento, modificando as dinâmicas territoriais. A empresa aqui estudada, a Bunge, possui capital de origem americana e está instalada em três cidades desta região - Itapagipe, Frutal e Santa Juliana. Seu ano de instalação na região foi em 2008, na cidade de Santa Juliana, depois em Frutal no ano de 2010, e mais recente em Itapagipe no ano de 2012, e todas as unidades atuam no ramo de usina de cana-açúcar. A pesquisa, em nível de iniciação científica e apoiada pelo CNPq, ainda está em curso, possui resultados parciais e está assentada no emprego dos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental, observação e pesquisa de campo. Entende-se que é necessário compreender as novas redefinições territoriais promovidas pela estrangeirização de terras e verificar os impactos junto à agricultura camponesa, a soberania territorial e alimentar e a reforma agrária, tendo em vista os modelos de desenvolvimento territorial adotados para o campo, analisando as áreas atingidas na porção oeste do Estado de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Bunge, agronegócio, estrangeirização de terras, território.

## Introdução

É em meados do século XX que acontecem profundas transformações no campo brasileiro, com os processos de modernização econômica e utilização de tecnologias para o aumento de produtividade e acumulação de capital. Dando lugar às novas tecnologias, a agricultura moderna deixou de lado as relações de produção herdadas do período colonial brasileiro e passou à obedecer a lógica capitalista comercial. O campesinato passa a desempenhar papel indireto na atividade produtiva, operando por meio de máquinas e sendo expropriado e/ou subordinado à lógica capitalista de produção. Diante desse cenário, torna-se cada vez mais difícil a permanência e produção do camponês na terra com o surgimento de uma indústria rural presente no campo. Essa indústria rural, através do capital, vai se territorializando e simultaneamente desterritorializando e subordinando o campesinato.

O latifúndio se transformou em agricultura capitalista, sendo a consolidação do agronegócio uma das manifestações mais importantes do processo de globalização que ocorre em todo o mundo (TEUBAL, 2008). O período de 1965-2000 foi marcado por um momento de transição da modernização conservadora à economia do agronegócio (DELGADO, 2012). A partir da década de 1990, o agronegócio, fundamentado na produção de *commodities* e na concentração de terras nas mãos de uma elite agrária que

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro, discente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), pesquisadora do Núcleo de estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA) e bolsista do projeto de Iniciação Científica sobre Estrangeirização de Terras na Região do Triângulo Mineiro: Redefinições e Desenvolvimento Territorial, apoiado pelo CNPq. E-mail: [patriciaspty@gmail.com](mailto:patriciaspty@gmail.com) Orientação: Profa. Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

comanda as atividades produtivas, se territorializa intensamente de diferentes formas, explorando o trabalho do campesinato e se apropriando de uma enorme quantidade de suas terras. O agronegócio, constituído por um complexo de sistemas que envolve agricultura, indústria, mercado e finanças, é um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais (FERNANDES; WELCH, 2008) que engloba toda a atividade econômica - produção, estocagem, transformação, distribuição, transportes, comercialização de alimentos, fibras industriais, biomassa, fertilizantes e defensivos.

### *A Estrangeirização de Terras*

Não sendo recente na realidade brasileira, a incorporação de terras por empresas estrangeiras é parte da atualidade da questão agrária no Brasil, se considerado que os registros dessa estrangeirização remontam desde o período colonial. Considerada uma expressão do agronegócio, em pleno século XXI a estrangeirização ocorre em nível global, em que países de “primeiro mundo” e também países emergentes em grande expansão econômica, como a China, têm intensificado a compra e arrendamento de terras.

No Brasil, Oliveira é um dos pioneiros a trazer a questão da estrangeirização de terras. No período da ditadura militar, (Oliveira, 2010) traz a abertura dos militares para o capital internacional, iniciando a venda de terras para estrangeiros. A Amazônia legal, foi foco de interesse desses estrangeiros, constata-se que, nesse período, mais de 20 milhões de hectares de terras sendo estes 15 milhões de hectares só na Amazônia, estavam transacionados com grupos estrangeiros (OLIVEIRA, 2010).

Embora Oliveira tenha trazido essas primeiras discussões sobre estrangeirização, hoje ele as trata apenas como um factóide. O presente trabalho, vai tratar a estrangeirização de terras como real e relevante aos estudos agrários. Sendo essa nova conjuntura da questão agrária atual que mesmo remota ao período colonial, as bibliografias sobre o tema são escassas, até mesmo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a estrangeirização de terras vem sendo recentemente acompanhada, possuindo ainda uma restrição de dados.

Fernandes, é um dos autores da atualidade que vai defender a estrangeirização de terras, demonstrando como a mudança na matriz energética mundial foi um dos fatores importantes para essa busca de terras por países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O que estamos denominando de estrangeirização da terra ou “*acaparamiento de tierras*” ou “*land grabbing*” nas versões em espanhol e em inglês, são processos recentes de intensificação da territorialização da agricultura capitalista associados a outros elementos da atual conjuntura da questão agrária que são a mudança na matriz energética do combustível fóssil para a agroenergia que ampliou a crise alimentar. (FERNANDES, 2011, p.01)

Esses países em busca de terras são classificados em três conjuntos: 1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras (FERNANDES, 2011).

A estrangeirização de terras, via agronegócio, vem acarretando inúmeras transformações territoriais, cuja produção agrícola prioriza um modelo de

desenvolvimento territorial para o campo que desterritorializa o campesinato e ameaça à soberania alimentar, de modo que visa a produção de *commodities* e agrocombustíveis.

### ***O caso da Bunge***

A região de cerrado brasileiro a partir de 1970, concebido por muitos anos como terras inférteis e improdutivas vem tendo destaque na estrangeirização de terras. Em Minas Gerais, nos anos de 1972, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, criou o Programa de Crédito Integrado, que propunha subsidiar o I Plano Nacional de Desenvolvimento, com o intuito de aumentar o desempenho do setor agropecuário, sobretudo ao mercado de *commodities*, como a soja, o milho e a cana-de-açúcar. Segundo Cleps Junior (1998), a produção dessas três *commodities* teve um grande aumento entre 1980 e 1995 - a produção de soja passou de 1,5 milhões de toneladas em 1980 para 10,0 milhões de toneladas em 1995; o milho que em 1980 tinha uma produção de 1,5 milhões de toneladas passou em 1995 para 6,2; a cana-de-açúcar teve um aumento de 15,5 vezes depois de 1980, alcançando quase 20 milhões de hectares. A partir desses investimentos a região do cerrado se transformou em atrativo e vem ganhando destaque no controle de terras por meio de empresas internacionais.

A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba que está localizada no Estado de Minas Gerais, constituída por 90.541,9 km<sup>2</sup> e 296.246 habitantes (IBGE, 2015) e composta pelas 7 microrregiões: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Frutal, nota-se a crescente quantidade de terras controladas por estrangeiros. Através do projeto de iniciação científica apoiado pelo Cnpq, foi possível identificar quais empresas se apropriam dos territórios nessa região. Por meio de levantamento e revisão bibliográfica e documental, coleta e sistematização de dados sobre a compra e venda de terras por empresas de capital estrangeiro e visitas de campo, foi possível identificar 7 empresas que atuam na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: ADM do Brasil; British Petroleum; Bunge; Cargill; CMAA; Dow Chemical Company- Mitsui & Co. Ltda e Global Foods/Carlyle/Rivest one/Goldman Sachs/Discovery.

**Quadro 1** – Empresas internacionais que atuam no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Nº	EMPRESA/CNPJ	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO	RAMO DE ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	CAPITAL DE ORIGEM	ANO
1	ADM do Brasil 02.0034.020/007-60	Uberlândia	Refino e envase de óleo de soja	-	EUA	2005 2011
		Uberaba	Fábrica de fertilizante			
		Limeira do Oeste	Plantação de Cana-de-açúcar e produção de etanol a base de cana-de-açúcar			
2	British Petroleum 02.420.391/0001-29	Ituiutaba	Usina de extração do caldo da cana	60 mil	Inglaterra	2011
		Campina Verde	Usina de extração do caldo da cana			
3	Bunge 84.046.101/0001-93	Santa Juliana	Usina de Cana- de -açúcar	3,4 mil	EUA	2008, 2010 e 2012
		Frutal	Usina de Cana-de-açúcar			
		Itapagipe	Usina de Cana- de -açúcar			
4	Cargill 60.498.706/0001-57	Itapagipe	Usina de açúcar e álcool	-	EUA	1986, 2006
		Uberlândia	Processamento de soja			
5	CMAA 08.493.364/0001-62	Uberlândia	Usina de etanol e açúcar	83.312 mil	Indonésia	2010
		Uberaba	Usina de etanol e açúcar			
6	Dow Chemical Company – Mitsui & Co. Ltda 33.016.221/0001-07	Santa Vitória	Usina de açúcar e álcool	36 mil	EUA e Japão	2011
7	Global Foods/Carlyle/ Rivest onde/Goldman Sachs/Discovery 03.853.896/0001-40	Ituiutaba	Cultivo e plantio de cana-de-açúcar	60 mil	EUA	-
		Campina Verde	Cultivo e plantio de cana-de-açúcar 8			

FONTE: SANTOS, 2015.

Após o levantamento dessas empresas, a parte final da pesquisa que está em curso, vem analisando uma empresa específica, neste caso a Bunge, que possui 150 unidades em todo o país, e na região em foco atua na produção de cana-de-açúcar desde 2008.

A unidade da empresa estudada é a do município de Santa Juliana, segundo o IBGE (2010), possui uma área de 723,784 Km<sup>2</sup> e 11.337 habitantes.

Em visita de campo, foi possível constatar que a cana-de-açúcar já toma conta da paisagem nessa região e várias famílias arrendam suas terras ou vendem a cana-de-açúcar colhida para a Bunge.

Notou-se também que a empresa possui controle contratual no arrendamento de terras, sendo possível modificar a quantidade de hectares para o plantio conforme seu interesse. Os contratos de arrendamento tem um prazo de 6 anos e o valor pago pelo uso da terra pode ser mensal ou anual.

Outra questão levantada na visita de campo foi que a empresa não possui terras arrendadas apenas no município de Santa Juliana, mas em outros municípios próximos a esta região, como o de Sacramento e Perdizes. As únicas terras compradas pela empresa são as que se localiza a usina, na Fazenda Santa Bárbara.

A chegada da usina modificou o modo de produção de vários agricultores da região, que antes trabalhavam com o plantio da soja, criação de gado e produção de leite, hoje tem sua cultura baseada apenas na cana-de-açúcar. Consta-se também que outros produtores que não arrendaram suas terras para usina, fundaram uma cooperativa (SOCANA) de produção de cana-de-açúcar, cuja venda é exclusivamente feita para a empresa.

### **Considerações finais**

Notamos que o cenário brasileiro, desde sua colonização, passa por questões que implicam no desenvolvimento do campesinato e que favorecem a concentração de terras nas mãos de uma elite agrária. Com a abertura do Estado Neoliberal às empresas de capital estrangeiro, a dinâmica no campo brasileiro foi transformada com a vinda dessas empresas para o território nacional. A reprodução do campesinato se torna cada vez mais difícil tendo em vista o agronegócio, que é fruto do sistema capitalista de produção onde a lógica é a acumulação de capital.

Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, essas empresas buscam pequenos municípios para sua instalação, encontrando a abertura das prefeituras e a grande quantidade de pequenos produtores que vivem nessas regiões. Baseada na produção de *commodities*, essas empresas, para se territorializarem, desterritorializam o campesinato. As empresas internacionais atuam de maneira que modificam completamente a dinâmica do território, alterando, também, a soberania alimentar da região. A parte final da pesquisa que se encontra em andamento, tem o objetivo de demonstrar como o município de Santa Juliana vem sendo modificado após a instalação da Bunge, e como pequenos agricultores deste e de outros municípios tem visto no arrendamento de terras a única solução para permanecer no campo.

### Referências

A **BUNGE: PERFIL**. Disponível em: <<http://www.bunge.com.br/Bunge/Perfil.aspx>>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998, 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Mudanças cíclicas em meio século 1965-2012. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Geopolítica da questão agrária mundial. Cadernos Conflitos no Campo - Brasil**. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In.: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso e Expressão Popular, 2008, p. 45-70.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=315770&search=||in fogr%El ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio/>>. Acesso em: 18 de Junho de 2016.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 de Junho de 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês**. Agrária, nº. 12, São Paulo, USP, p. 3-113, 2010.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e território em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.